



Lei Ordinária Nº 1.608, de 26 de novembro de 2025

Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRACEMA. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

Das Disposições Preliminares

- **Art. 1**°. Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Piracema, para o exercício financeiro de 2026, no montante de R\$65.800.210,00 (Sessenta e cinco milhões oitocentos mil duzentos e dez reais), compreendendo, nos termos do art. 165, § 5° da Constituição Federal:
- I O Orçamento Fiscal da administração direta e seus fundos, mantidos pelo Poder Público; e
- II O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados.

Título II Do Orçamento

Capítulo I

Da Estimativa da Receita

- **Art. 2°**. A receita orçamentária, a preços correntes e conforme legislação tributária vigente, é estimada em R\$65.800.210,00 (Sessenta e cinco milhões oitocentos mil duzentos e dez reais), na forma detalhada nos anexos que compõem esta Lei, com observância do art. 5°, incisos I e III, §§ 1°, 4° e 5°, da lei complementar 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:
- I Orçamento fiscal, no valor de R\$56.780.710,00 (cinquenta e seis milhões setecentos e oitenta mil setecentos e dez reais).
- II Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$9.019.500,00 (nove milhões dezenove mil e quinhentos reais); e
- Art. 3°. As receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos.









Art. 4°. A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante dos Anexos desta Lei.

Capítulo II

Da Fixação da Despesa

- **Art. 5**°. A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, é fixada em R\$65.800.210,00 (Sessenta e cinco milhões oitocentos mil duzentos e dez reais), na forma detalhada nos anexos que compõem esta Lei, compreendendo:
- I Orçamento fiscal, no valor de R\$56.780.710,00 (cinquenta e seis milhões setecentos e oitenta mil setecentos e dez reais); e
- II Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$9.019.500,00 (nove milhões dezenove mil e quinhentos reais).
- § 1°. Do montante fixado para o orçamento fiscal, conforme inciso I, o valor de R\$140.486,40 (cento e quarenta mil quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centabos) é destinado para reserva de contingência.
- § 2°. Do montante fixado para o orçamento da seguridade social, conforme inciso II, o valor de R\$377.500,00 (trezentos e setenta e sete mil e quinhentos reais) é destinado para reserva financeira do RPPS.

Capítulo III

Da Alteração Orçamentária

Art. 6°. Fica o Executivo Municipal, nos termos da lei n° 1.588, de 26 de maio de 2025, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada, com utilização dos recursos previstos no art. 43, § 1°, inciso III, da lei 4.320/64.

Parágrafo único. Na abertura dos créditos suplementares, autorizados no **caput**, poderá o Executivo Municipal incluir modalidade de aplicação, elementos de despesas e fontes de recursos, nas ações constantes na lei orçamentária anual.







- **Art. 7°.** Além do limite estabelecido no artigo 6° desta Lei, nos termos lei n° 1.588, de 26 de maio de 2025, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, fica o Executivo Municipal também autorizado a abrir créditos adicionais em valor correspondente a 15% (quinze por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:
- I 12% (doze por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e
- II 3% (três por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

Parágrafo único. Na abertura dos créditos suplementares, autorizados no **caput**, poderá o Executivo Municipal incluir modalidade de aplicação, elementos de despesas e fontes de recursos, nas ações constantes na lei orçamentária anual.

Título III

Das Disposições Finais

- Art. 8° Acompanham a presente lei, além dos previstos na lei 4.320/64, os seguintes anexos:
- I Anexos I e II, modelo do Tribunal de Contas do Estado, que tratam da aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- II Anexo III, modelo do Tribunal de Contas do Estado, que trata da aplicação no fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação FUNDEB;
- III Anexos XIV e XV, modelo do Tribunal de Contas do Estado, que tratam da aplicação de recursos nas ações de saúde; e
- IV Demonstrativo dos gastos com pessoal;
- **Art. 9°.** Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar operações de crédito, nos termos de lei específica, conforme preceitua o artigo 165, § 8° da Constituição Federal.
- **Art. 10**. Entra esta Lei em vigor em 1° de janeiro de 2026.

Piracema, 26 de novembro de 2025.

WESLEY DINIZ PREFEITO MUNICIPAL

















LISTA DE ANEXOS E ATOS VINCULADOS

Documento(s)	Tipo	Visualizar
Redação Final № 01/2025 ao(à) Projeto de Lei № 26/2025	Ato Vinculado	<u>Visualizar</u>









EXTRATO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Documento: Lei Ordinária № 1.608, de 26 de novembro de 2025

Status: processo de assinatura **FINALIZADO Data da Versão do Doct.:** 26/11/2025 09:36:28

Hash Interno: w1hu7y9yk4w6opvvmsgubysahhcabpdw8ojcdzlt



Chave de Verificação

CNIYG-DVSQ5-UUMSQ-QDL0K-KADKF

Para verificar a autenticidade deste extrato, acesse: www.cmpiracema.gwlegis.com.br/validador e informe a chave de verificação.

Lista de Signatários Deste Documento

CPF	Nome Completo	Status da Assinatura
036.***.***-43	Wesley Diniz	Assinado



